

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA-----

-----DE 18 DE ABRIL DE 2016-----

----Aos dezoito dias do mês de Abril de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia de Freguesia de Avanca, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Edifício Sede da Junta de Freguesia, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Aprovação da Ata da Reunião da Assembleia anterior; -----
2. Período antes da Ordem do Dia;-----
3. Informações Gerais a prestar pelo Executivo da Junta de Freguesia; -----
4. Apresentação pelo Executivo para Discussão e Aprovação do Relatório de Contas do Ano Económico de 2015 da Junta de Freguesia de Avanca;-----
5. Apresentação pelo Executivo da Aprovação da 1ª Revisão do Orçamento para o Ano Económico de 2016;-----
6. Abertura de Concurso para Habitação Social T2, sito na Rua Peneda/Porto Tonce;-----
7. Apreciação do Inventário dos Bens da Autarquia.-----

Na ausência do senhor Presidente da Assembleia, presidiu a esta Sessão o senhor Segundo Secretário da Mesa de Assembleia Geral, Simplício Marques Tavares. -----

Foi convidada a secretariar a Sra. Deputada Maria Teresa Valente de Matos.-----  
Não esteve presente nesta Assembleia o Sr. Deputado Firmino Homem, da coligação PSD/CDS-PP.-----

----Foi apresentado pelo grupo do PS um pedido de substituição do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, José António Costa, pela Sra. Cláudia Sofia Matos (Anexo I) e pelo grupo da coligação PSD/CDS um pedido de substituição do Sr. Deputado Albino Silva Resende, pelo Sr. Pedro Soares Ribeiro Marques (Anexo II). -----

----Foi aberta a Sessão, dando-se início ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: ----  
Aprovação da Ata da Reunião da Assembleia Anterior, tendo o Sr. Deputado Raul Oliveira, do PCP, pedido esclarecimento sobre a identificação dos intervenientes no ponto oitavo - Intervenção do Público, que na Ata estão referidos como "um cidadão", "um comerciante" e "um outro comerciante". Foi esclarecido que os intervenientes foram referidos na ata, tal como se apresentaram. No ponto quinto a Sra. Deputada Lurdes Pinho do PSD/CDS-PP, diz

não estar de acordo com a redacção "tenciona introduzir... alterações ao regulamento...", pois não tem autonomia para tal; o que pode é "sugerir alterações...". A Ata foi aprovada com onze votos a favor, e uma abstenção.-----

----No segundo ponto: Período Antes da Ordem do Dia, não houve qualquer intervenção.-----

----Quanto ao terceiro ponto: Informações Gerais a prestar pelo Executivo da Junta de Freguesia, o Sr. Presidente do Executivo apresentou cumprimentos à Assembleia e referiu ter enviado as Informações do Executivo, suficientemente detalhadas, aos Elementos da Assembleia de Freguesia; referiu apenas que o Executivo da Junta se tem desdobrado em diversos eventos relatados, destacando em especial o item "Ceias de Natal c/ Presença do Executivo"; terminou a sua intervenção informando que estão para breve novas atividades. A Sra. Deputada Lurdes Pinho questionou o Executivo sobre várias questões a saber: em Fevereiro foi atribuída a casa da Gareta, mas desconhece as atas do concurso para essa atribuição; procurou no site da Junta de Freguesia e não encontrou anexos nem regulamentos da Habitação Social; quis ainda saber qual o elemento da Assembleia de Freguesia que fez parte do referido concurso de Fevereiro. O Sr. Presidente assumiu não ter havido representante da Assembleia, sendo esta atribuição da exclusiva responsabilidade do Executivo; quanto aos Regulamentos existentes, um para as casas da Gareta e outro para a de Peneda/Porto Tonce, ainda não foi possível agregá-los num só. A Sra. Tesoureira disse que o Regulamento para as casas da Gareta foi dos primeiros a serem aprovados, exigindo uma nova conceção de critérios para atribuição de Habitação Social; concorda que deve existir um Regulamento único, mas ainda não foi possível concretizar. A mesma Sra. Deputada quis saber se a constituição do júri se mantem e foi informada que assim é. O Sr. Presidente do Executivo acrescentou que as situações de carência são muitas, mas nem todas cumprem critérios adequados à atribuição da habitação em causa; apenas uma candidata reuniu as condições e a situação mereceu alguma celeridade na tomada de decisão. Quanto ao site da Junta, a mesma Sra. Deputada referiu ver muita informação relativa a "eventos", e falhas em regulamentos, editais, etc. A Sra. Tesoureira esclareceu que há uma empresa responsável pela atualização do site, a quem é paga uma anuidade, a falha está identificada e está prevista a sua resolução para breve. O Sr. Secretário argumentou que os eventos das Colectividades de Avanca são importantes; informou que vai ao site com regularidade, fez uma vistoria recentemente, conhece as falhas, nomeadamente nos editais que não estão por ordem, e terão

que ser resolvidas. O Sr. Presidente da Assembleia sugeriu que se "dê tempo ao tempo". O Sr. Pedro Marques, da coligação PSD/CDS-PP, voltou ao tema do Regulamento da Habitação Social, sugerindo que o júri deveria ser convocado, apesar de a decisão já ter sido tomada, para se cumprir o regulamento; a Sra. Deputada Lurdes Pinho refutou a hipótese, por ser muito "delicada"; disse que, numa próxima situação, o Executivo deve fazer cumprir o Regulamento em vigor. -----

----No ponto quatro: Apresentação pelo Executivo para Discussão e Aprovação do Relatório de Contas do Ano Económico de 2015 da Junta de Freguesia de Avanca, o Sr. Presidente do Executivo alertou para a data dos itens "Limites" e "Saldo" que referem 2016, devendo corrigir-se para 2015. Não havendo questões o Documento foi posto à votação, sendo aprovado por onze votos a favor e uma abstenção. -----

----No ponto cinco: Apresentação pelo Executivo para Aprovação da 1ª Revisão do Orçamento para o Ano Económico de 2016, o Sr. Presidente deu informações sobre um funcionário que está de volta e continua de baixa médica, além de outro elemento que vem do IFP, e outros trabalhadores apoiados pelo Município. Não havendo mais intervenções, foi posto à votação, sendo aprovado por onze votos a favor e uma abstenção. -----

----No ponto seis: Abertura de Concurso para Habitação Social T2, sito na Rua Peneda/ Porto Tonce, o Sr. Presidente do Executivo começou por assumir o compromisso de fazer cumprir o Documento. A Sra. Deputada Lurdes Pinho considera que se mantém o mesmo princípio, mas não há uma avaliação contínua das pessoas admitidas. A Sra. Tesoureira informou que o contrato faz-se por um ano renovável, foi feita uma "auditoria" com identificação fotográfica; o "Fogo" tem que ser preparado e só depois se pode abrir concurso. A Sra. Deputada Lurdes Pinho sugeriu que se integre no Regulamento o princípio da avaliação contínua da situação das casas e das pessoas. O Sr. Deputado Raul do PCP, questionou o valor de 5% do salário mínimo nacional no caso de um casal - o cálculo é feito sobre o total dos dois salários? E a Sra. Deputada Lurdes quis saber quais os critérios para definir uma renda. A Sra. Tesoureira esclareceu que as condições destas casas representam um "peso" maior para a Junta, pelo que foram fixados valores de renda acima dos 5% do salário mínimo nacional. O Sr. Pedro Marques disse que seria interessante haver uma fórmula de cálculo e quis saber se a atribuição tem em conta factores como despesas do agregado familiar, saúde, etc. e opinou que a renda deve ser variável conforme as necessidades das pessoas. A Sra. Tesoureira

explicou que se utilizam as fórmulas da Segurança Social para definir as rendas; acrescentou que a Junta procurou assegurar-se de que as pessoas vão pagar a renda e que foi dada prioridade às famílias monoparentais; terminou dizendo que ao abrir o concurso para o "Fogo" em causa, todas as regras têm que estar bem definidas e serem expostas aos candidatos, tendo em conta uma série de factores. -----

----Quanto ao ponto sete: Apreciação do Inventário dos Bens da Autarquia, o Sr. Presidente esclarece que o "sistema" está formatado para ir desvalorizando os "bens" de forma automática, e destacou o abate do automóvel. A Sra. Deputada Lurdes Pinho opinou que a avaliação dos imóveis está abaixo dos valores do mercado. O Sr. Presidente do Executivo informou que a área do imóvel do Porto é o dobro do que estava descrito, mas já foi retificado; o Sr. Secretário esclareceu que era uma situação frequente nas escrituras antigas. --

--A Sra. Deputada Diana, da coligação PSD/CDS-PP, perguntou se o valor da venda se mantém, e a Sra. Tesoureira esclareceu que esse valor tem que ser, no mínimo, o que foi decidido na Assembleia de Freguesia. -----

----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por terminada a apreciação do Inventário e o Sr. Presidente do Executivo pediu a palavra para três assuntos finais: agradeceu a compreensão da Assembleia em relação ao que foi decidido "no terreno"; desejou rápidas melhoras ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Eng. José António Costa; informou que em data muito próxima seria convocada uma Assembleia Extraordinária para análise dos Contratos Interadministrativos e dos Acordos de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Estarreja e a Junta de Freguesia de Avanca. -----

----Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia deu a sessão por terminada às vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, sendo lavrada esta Ata, a qual depois de aprovada será assinada pelo Sr. Presidente da Mesa e por mim, que a secretariei.-----

*Maria Teresa Valente de Matos*